



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021.

(Do Senhor José Ricardo)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater sobre política habitacional do atual governo e perspectivas para a população de baixa renda no Programa Casa Verde e Amarela

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater sobre política habitacional do atual governo e perspectivas para a população de baixa renda no Programa Casa Verde e Amarela.

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

- Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Regional;
- Representante da CNM (Confederação Nacional de Municípios)
- Representante da União Nacional por Moradia Popular
- Representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia
- Representante do MST
- Representante do IBDU (Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico)

Apresentação: 16/03/2021 11:21 - CDU

REQ n.1/2021

Documento eletrônico assinado por José Ricardo (PT/AM), através do ponto SDR_56041, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à moradia como uma competência comum da União, dos estados e dos municípios. A eles, conforme aponta o texto constitucional, cabe “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

O crescimento da população brasileira e a formação de novas famílias devem gerar uma demanda para mais 30,7 milhões de novos domicílios até 2030. Isso é o que mostra estudo realizado pelo economista Robson Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc).

O levantamento faz projeções a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desses 30,7 milhões de moradias necessárias para atender a demanda que vai surgir a partir do crescimento demográfico na próxima década, 14,4 milhões (46,9%) estarão concentrados na população com renda média, entre três e dez salários mínimos.

O programa Casa Verde Amarela, criado pela Lei 14.118/21, não prevê aporte significativo de recursos orçamentários para produção habitacional, nem subsídios como havia no Minha Casa Minha Vida Faixa 1, que atendia famílias com renda até R\$ 1.800,00, em que as prestações não passavam de 10 % da renda pelo período de 10 anos. Esta faixa responde por mais de 70% do déficit habitacional brasileiro.

Agora, o foco do programa é abrir novas linhas de financiamento, com prestação mensal que chegará a 30% da renda por um período de 30 anos. Além disso, as exigências para as famílias acessarem o financiamento (não possuir restrição cadastral, necessidade de parte do valor do imóvel como entrada, comprovação de renda estável) excluem a maior parte das famílias que demandam moradia. Isto confunde o que é Moradia de Interesse Social com Produção de Moradias para o Mercado Imobiliário.

Além disso, a proposta de regularização fundiária prevista pela mesma lei ainda não foi implementada e não apresentou até o momento metas quantitativas e as portarias para apresentar à sociedade o seu funcionamento.

Nesse sentido, fortalecer o papel do Estado no provimento de políticas públicas de moradia é estratégico para a garantia do acesso a toda a população brasileira a uma moradia digna. E, colocar os órgãos públicos federal, estadual e municipal a serviço dessa causa é





CÂMARA DOS DEPUTADOS

fundamental para o futuro das cidades e garantia de uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Desta forma, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados no sentido da aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 15 de março de 2021.

JOSÉ RICARDO

DEPUTADO FEDERAL PT/AM

JOSEILDO RAMOS

DEPUTADO FEDERAL PT/BA

Apresentação: 16/03/2021 11:21 - CDU

REQ n.1/2021

Documento eletrônico assinado por José Ricardo (PT/AM), através do ponto SDR_56041, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





Requerimento **(Do Sr. José Ricardo)**

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater sobre política habitacional do atual governo e perspectivas para a população de baixa renda no Programa Casa Verde e Amarela

Assinaram eletronicamente o documento CD218340576100, nesta ordem:

- 1 Dep. José Ricardo (PT/AM)
- 2 Dep. Joseildo Ramos (PT/BA)